

**XXXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)
23 a 27 de setembro de 2013, Águas de Lindóia (SP)
ST 13 - Metamorfoses do Rural Contemporâneo
Coordenadores: Rodrigo Constante Martins (UFSCAR), Flávio Sacco dos
Anjos (UFPEl)**

**Transformações e permanências no meio rural: perspectivas em
conflito no meio rural do Sudeste Goiano**

Daniel Alves^{}
Universidade Federal de Goiás**

Claudio José Bertazzo^{*}
Universidade Federal de Goiás**

Catalão-GO, agosto de 2013.

^{*} Artigo baseado em pesquisa participante, parte do “Programa de Desenvolvimento Rural no Sudeste Goiano” desenvolvido pelo NEPEA (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia), ligado ao Campus Avançado de Catalão (CAC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Programa realizado com o apoio do PROEXT - MEC/SESu (Edital 2013).

^{**} Doutor em Antropologia Social (UFRGS), Docente do Departamento de História e Ciências Sociais (CAC/UFG).

^{***} Doutor em Geografia (UNESP), Docente do Departamento de Geografia (CAC/UFG), Coordenador do supracitado programa de extensão.

A introdução de uma perspectiva agroecológica na produção familiar de pequena e média escala exige, para sua implementação em âmbito nacional, de uma nova política de abastecimento alimentar, cujos fundamentos têm sido discutidos amiúde em encontros como esse. A Agroecologia é uma ciência que dá bases científicas as agriculturas direcionadas ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente, ou seja, a busca por agroecossistemas sustentáveis. Apesar de essas discussões basearem-se em princípios mais ou menos consensuais entre militantes e simpatizantes da “outra agricultura possível” (seja qual o nome dado a ela) o planejamento dessa política em nível nacional é embrionária. Entre os princípios consensuais, certamente temos aquele que postula redes ou circuitos de produção e consumo de pequena escala, em mercados locais e cadeias de percurso curto, com alternativas ao atual sistema de distribuição de alimentos. O quadro que se apresenta aqui parece ser de relatos e considerações sobre cadeias de pequenas e médias escalas que façam frente à política de alta concentração de poder e riqueza vigente na produção agrícola brasileira. Espalhadas pelo território nacional, tais experiências proporcionam exemplos, não só de recuperação de solos, vegetações e nascentes, mas também de capacidades coletivas prático-cognitivas (os “saberes-fazer”) e discursivas, aspectos que podem ser fundidos pela noção de “território”. Trazemos aqui um relato de um processo de territorialização no qual múltiplos atores interferem numa arena de disputas, típica dos jogos de poder da modernidade avançada.

Através dessa noção de território, apresentamos este *paper* num tom de relato. Ao invés de proceder a uma análise separando elementos, percorrendo-os desde os mais simples aos mais complexos, estabeleceremos uma narrativa de um processo ainda em curso. Motiva-nos a essa estratégia de apresentação a própria metodologia empregada no trabalho, ligada especialmente aos princípios de pesquisa participante como definidos, entre outros, por Brandão (1982) e Demo (2008). Vale lembrar que este último autor salienta o caráter dialético do processo de encontro com o outro na pesquisa, sempre relacionada a elementos estruturais característicos da sociedade capitalista. Por mais que a palavra esteja saturada pelo constante uso, ressaltamos o caráter

eminentemente dialético de nossa interação com a população do assentamento. Aprofundaremos isto ao longo da exposição.

O campo de investigação e intervenção

O assentamento Madre Cristina estende-se por 729 hectares, junto ao povoado do Veríssimo na cidade de Goiandira, em altitudes que variam entre 620 e 750 metros acima do nível do mar. O assentamento foi dividido em 18 lotes, sendo que agricultores de 11 desses lotes sofrem com a falta d'água nos períodos secos, especialmente, e paradoxalmente, os que estão mais próximos do maior curso d'água na região – o rio Veríssimo. O povoado do Veríssimo leva o mesmo nome que o rio que o circunda a noroeste, e foi fundado como uma currutela para mineração de pequena escala. A antiga Estrada de Ferro Goiás cruza a região, e ligava o distrito à Cidade de Goiás e aos eixos econômicos centrais do país na primeira metade do século XX. O extrativismo mineral de pequena escala desapareceu e a estação ferroviária está desativada há muitos anos. O povoado do Veríssimo, portanto, passa por uma situação de estagnação econômica. Não há escola nem posto de saúde no Veríssimo, sendo que para acessar tais serviços públicos os moradores do Veríssimo ou do assentamento precisam ir até o centro de Goiandira, distante 24 quilômetros por estrada não pavimentada. Não há linha de ônibus regular, de forma que apenas o ônibus escolar circula diariamente entre o distrito e Goiandira.

O Rio Veríssimo, a noroeste do Assentamento Madre Cristina, é contido pela barragem da usina de Nova Aurora (início de operação em 2011), ambas gerenciadas pela empresa de geração de energia Goiás Sul, integrante do grupo Neoenergia (NEOENERGIA, 2013). Apesar disso, o impacto dessa Pequena Central Hidroelétrica (PCHs) parece ter trazido benefícios concretos para a localidade Veríssimo-Madre Cristina. Não há projetos sociais desta corporação voltados à população do Veríssimo, assim como não há incentivo a nenhum projeto de irrigação no Assentamento Madre Cristina. A luz não chega a todos dentro do assentamento, porque quase não há casas de alvenaria. As moradias dos assentados seguem o padrão arquitetônico e estrutural dos

acampamentos de mobilização para a Reforma Agrária, com a utilização de bambu e lonas, incrementada, de vez em quando, por um gerador de energia movido por combustível derivado de petróleo, instalado ao lado da casa, para o consumo doméstico ou extração de água de poço artesiano. O resultado do visível descaso são torres de distribuição de energia da empresa atravessando o assentamento, é a água do Rio Veríssimo disponível em todo seu lado noroeste, conjugados com a impossibilidade de usufruir desses recursos para a melhora das condições de vida locais.

Cabe ainda dizer que a situação econômica dos pequenos proprietários é agravada pela nova fase pela qual se enveredou a agricultura nacional nas últimas décadas. As zonas rurais do Sudeste Goiano baseiam sua economia em monocultivos em terras arrendadas explorados em larga escala, com insumos químicos e alta tecnologia, cujos protagonistas principais são sulistas migrantes empreendedores, agora seguidos por outros proprietários nativos que aderiram ao modelo. Grande parte da riqueza gerada vem desses monocultivos e do extrativismo mineral de escala industrial, só que esta riqueza desigualmente distribuída¹ exerce uma pressão econômica considerável sobre a maioria de pequenos produtores rurais, que não tem condições de assumir os riscos de entrar no jogo dos grandes.

A tendência de separar a propriedade da terra de seu uso implica diversos desdobramentos relevantes para o futuro da agropecuária, entre os quais a exigência de disponibilidade de capitais e a ampliação dos níveis de risco. E tem uma consequência óbvia: a atividade deixou seu amadorismo do passado e, cada vez mais, exige a gestão de “profissionais do capital”, o que contribui não apenas para exacerbar o ambiente concorrencial, mas também, e em particular, para pressionar a vasta maioria dos produtores rurais de menor porte. (BUAINAIN et al., 2013, p. 110-111)

A modernização da agricultura acelera a concorrência, o que exige mais safras recordes das propriedades individuais. Ao invés de aumentar a produtividade da área cultivada, a solução brasileira para a sustentação deste

¹ Isto apesar da queda do índice de Gini na zona rural de Goiás (de 0,580 em 2000 a 0,488 em 2010, segundo o IBGE (2013)).

modelo tem sido expandir as áreas cultivadas por extensão de área cultivada, especialmente pelo arrendamento. Daí a pressão sobre os pequenos proprietários, que no Assentamento Madre Cristina já passou a ser sentida em outros termos. Há uma notícia de que, do outro lado do Rio Veríssimo, constituir-se-á um empreendimento monocultor que trará uma série de riscos, sendo que os primeiros mencionados pelos agricultores assentados foram os riscos ambientais. Afinal, de que adianta plantar ecologicamente se o vizinho pulverizará as áreas e as águas com herbicida?

Um início pelo (que supúnhamos o) fim

Soubemos do assentamento Madre Cristina, e fomos inseridos nele, pelo contato realizado por uma liderança local da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Irmã Inês Oliveira. Havia outro assentamento, chamado Olga Benário, que fica próximo à cidade de Ipameri (GO), com o qual entramos em contato por meio desta agente pastoral. Desde o início, nas pautas de discussão com os assentados e com a CPT, estava a incorporação da perspectiva agroecológica na produção familiar. Em geral, o que percebíamos nas visitas ao assentamento naquele momento, em fins de 2011, era uma falta de direcionamento na produção. Tudo se resumia a iniciativas particulares, com resultados de renda insuficientes. A intervenção de Irmã Inês naquele momento serviu como uma primeira iniciativa de construção política coletiva, agregando algumas poucas assentadas e assentados que passaram a se aliar entre si.

Em 2012, começamos a postular formas de intervenção mais estruturadas que as visitas esporádicas. Conduzimos oficinas de produção agrícola sem veneno, concentradas na transmissão de algumas tecnologias sociais simples, como biofertilizantes e técnicas de melhoramento do solo, direcionadas especialmente à produção de hortaliças. Logo os assentados, estimulados pela possibilidade de incrementar sua fonte principal de renda (ou, em alguns casos, de passar a ter uma fonte de renda), passaram a produzir hortaliças naquelas condições (sem veneno, aproveitando integralmente os resíduos orgânicos presentes/gerados nas unidades de produção). O resultado

veio em pouco tempo. A produção passou a não ter espaço suficiente para comercialização, de forma que passou a se imaginar uma feira de produtos agrícolas “sem veneno”, que está em funcionamento desde fins de 2012 até hoje dentro do Campus Catalão, às terças-feiras. A princípio, imaginávamos a feira ao fim do processo. Como é situação comum na extensão, as demandas sociais impuseram-se aos planejamentos dos nossos projetos. Os problemas com os gastos de transporte, e a falta de apoio por parte da prefeitura de Ipameri, acabaram por ocasionar a retirada os assentados do Olga Benário de dentro da feira. Apesar disso, assentados do Olga Benário continuam a participar do projeto de produção agropecuária segundo os princípios científicos da Agroecologia, através do apoio dado pela Universidade Estadual de Goiás, cuja unidade de Ipameri atua em parceria conosco. Por outro lado, um grupo de produtores rurais de uma área de Catalão denominada Macaúba aliaram-se à nova proposta produtiva, por já participarem, há anos, de movimentos organizados no campo e reconhecerem, por esta experiência, a relevância do trabalho.

Alguns dos assentados do Madre Cristina continuam como expositores na feira semanal, investindo “na construção da identidade de feirante em mercados regionais” (NEVES, 1999, p. 20). De fato, a “feira da UFG” acabou por inseri-los noutra feira, num bairro do outro lado da cidade. Outros investem na produção de leite, num modelo bem parecido com o descrito por Neves (*idem, ibidem*): identificam-se como produtores, escolhendo intermediários parceiros para negociar seu leite com empresas de laticínios.

Na Feira há uma sobreposição de bens materiais e bens simbólicos. Os bens materiais são as hortaliças, quitandas, doces e etc. cultivados e/ou preparados sem venenos ou insumos químicos. Os bens simbólicos são: 1- os benefícios ambientais da não-contaminação do ambiente pelo desenho de agroecossistemas sustentáveis; 2 - pelo aproveitamento de resíduos orgânicos, transformados em biofertilizantes e *húmus* que recuperam e nutrem os solos em que são cultivados; e 3 - oferta de segurança alimentar e nutricional aos consumidores, que recebem produtos com mais saúde e mais vida.

As relações entre produtores e consumidor é uma relação de mercado. Subjaz, todavia a presença da dívida nas relações que vão sendo estabelecidas (CAILLÉ, 1998) entre produtores e a comunidade dos consumidores. Por isso mesmo, o que é inicialmente relação de mercado acaba por criar condições de gerar uma rede entre os produtores assentados rurais em transição agroecológica e consumidores na microrregião de Catalão (GO). Tudo como fruto da presença dos bens materiais e dos bens simbólicos. A dívida é o bem simbólico. Em cada hortaliça ou em cada quitanda, há uma complexa tessitura entre bens materiais e simbólicos. Desta forma, mercado e dívida, embora antípodas como modelos de relação, fomentam-se um ao outro na constituição da identidade do produtor-feirante:

O mercado, por conseguinte, não pode ser entendido como espaço de circulação de mercadorias, mas *locus* de construção de novos mediadores e alianças, de produção e de incorporação de novos saberes. Espaço referenciador da construção do produtor, ele orienta a gestão e adequação dos recursos disponíveis ou conquistados por cada unidade familiar em sua rede de vizinhança e/ou de parentesco. (NEVES, 1999, p. 21)

Os biofertilizantes ou os biocompostos que são usados nos cultivos das plantas, por exemplo, não são apenas os produtos em si mesmo, mas representam a capacidade de renovação da produção dos solos, segurança alimentar de qualidade e de quantidade, é um bem simbólico não quantificável materialmente. A dívida destes produtores é a estratégia que estes utilizam para jogar o jogo da disputa de suas ideias de agricultura contra as outras ideias de agricultura (SABOURIN, 2002). A lógica dessa estratégia é prática (BOURDIEU, 1998) e responde as questões emergentes sobre agricultura e relações na comunidade a partir de uma proposta de Agroecologia em um campo social onde prevalecem outros agentes mais poderosos economicamente e que estão posicionados há mais tempo e tem mais informações e poder sobre o mercado, todavia não tem o monopólio local. É nessa lacuna que se insere a ação dos produtores da Feira Sem Veneno.

A dádiva, portanto, pois aumenta o poder e o valor moral dos feirantes e da mensagem - ideologia – que carrega. Essa é a causa da estratégia da guerra entre as agriculturas, cuja razão é simbólica (BOURDIEU, 1998).

Breve análise da produção local

Fizemos um levantamento² no assentamento Madre Cristina para uma avaliação inicial da produção local. Embora todas as famílias assentadas tenham origens familiares que remetem à atividade agropecuária, e todos se definam como agricultores, os limites dos recursos destinados a elas (terra, energia, água), combinados com uma tendência à desconfiança mútua, limitam-nos sobremaneira. Com relação às atividades na parte de pecuária,³ percebe-se que todos os animais destinados ao corte são para consumo familiar. Os animais de granja também, em sua maior parte, são destinados ao consumo das famílias produtoras.

O leite é produzido em maior proporção para a venda,⁴ consistindo numa fonte importante de renda familiar na localidade. No assentamento, a renda familiar mensal varia entre R\$ 400,00 e R\$ 2.000,00, sendo que no caso máximo há interferência de renda de aposentadoria, distribuída numa rede familiar extensa concentrada num mesmo lote. Considerando somente atividade produtiva, temos o máximo de renda domiciliar mensal de R\$ 1.500,00, renda esta auferida por um produtor de leite.

As leguminosas, grãos e tubérculos (milho, ervilha, feijão, mandioca) também são destinados, assim como a carne de gado e dos suínos, para o consumo próprio da família ou dos animais. O excedente destinado à venda concentra-se nas hortaliças (alface e couve, especialmente), em algumas frutas

² Este levantamento de dados, realizado entre março e junho de 2013, foi coordenado pelo prof. Daniel Alves junto a 14 dos 18 responsáveis pelas unidades familiares em cada lote do Assentamento Madre Cristina. Agradecemos aos bolsistas de extensão Kaique Matheus Cardoso e Maria de Lourdes Fernandes Silva, discentes do curso de Ciências Sociais do Campus Catalão-UFG, pelo auxílio no planejamento e pela consecução da enquete.

³ Contabilizamos 55 cabeças de gado em quatro lotes. O número mínimo e máximo de cabeças de gado no assentamento vai de um a 32. Contabilizamos, ainda, 22 porcos em quatro lotes, com mínimo de um e máximo de nove.

⁴ Cinco lotes produzem leite para venda, com mínimo de 600 e máximo de 1800 litros por mês.

(mamão, abacaxi e banana) e na agroindústria de muito pequena escala (quitandas, doces e conservas). Aqueles que perseguem a produção de excedentes por estes meios investem, ainda, na comercialização direta dos seus produtos nas feiras em Goiandira e Catalão. Todas as culturas destinadas à venda não necessitam refrigeração e são facilmente transportáveis. Apenas um assentado dispõe de trator, e dois dispõem de galpão para armazenagem. Pela limitação de energia elétrica no local, apenas três casas dispõem de freezer; contudo pelo menos seis delas dispõem de um carro ou um pequeno caminhão utilizado para transporte de pessoal e/ou de carga.

O que segue pode ser visto como uma análise preliminar sobre as dinâmicas internas do coletivo em questão.

Associações e dissociações

Coloquemos nossa situação concreta em termos da sociologia rural e da antropologia processual britânica. Trabalhamos com um grupamento humano habitando uma localidade por meio de um processo estatal de reestruturação agrária, que se encontra em curso e que é demasiado lento para dar conta da dívida histórica de justiça social no campo. Estabelece-se tal assentamento por meio de listas e sorteios instaurados e promovidos pela autoridade governamental (INCRA). O processo que vai do acampamento ao assentamento rural, no nosso caso, não comportou a distribuição de lotes entre membros de uma mesma família extensa. Isso implica em que o parentesco, idioma primordial de construção de alianças, simbolismo e identidade não une os agricultores de diferentes lotes, portanto também não é um fator de união dos assentados diante de fatores externos negativos. Segundo a enquete que fizemos com quase todos os/as chefes das unidades familiares assentadas, confia-se mais na família que em outras instituições sociais. Entre 12 entrevistados, sete disseram confiar totalmente na família, e outros cinco confiam “mais ou menos” nesta instituição social. A família extensa mora quase sempre em outros lugares, portanto as alianças no Assentamento Madre

Cristina via de regra hierarquizam-se por outros códigos sociais que não o do parentesco.⁵

Os códigos sociais mais acionados pelas “âncoras” ou “nós” principais das redes de coalizão em disputa,⁶ são o político e, em menor grau, o religioso. A divisão política diz respeito ao posicionamento em relação de continuidade ou de ruptura em relação aos movimentos sociais, e especialmente ao Movimento Sem Terra (MST). A maior parte dos agricultores articula-se com movimentos sociais, porém os que não o fazem também são os que estão estabelecidos nos lotes mais favorecidos pela proximidade da água ou tem maior qualificação técnica, e também são os que conseguem recursos e inserção nos mercados locais através da produção de hortaliças e leite. Essa acessibilidade desta rede a mercados locais foi construída primeiramente pela intervenção da irmã da CPT acima referida. Sabíamos, por isso, que a entrada pela CPT nos isolaria dos assentados mais alinhados com o MST; comunicamo-nos com ambos os quase-grupos e tentamos fazer com que relativizassem essas disputas, mas não logramos resultado, como veremos.

Pelo menos no projeto de reforma agrária em questão, essa divisão política *produz sentido*, orientando a refiguração das trajetórias pessoais, a ação social presente e os projetos coletivos futuros. Dada a condição desigual que atravessa as relações sociais dentro e fora dos quase-grupos, os assentados são levados a “desenvolver concorrências internas e tentar colocar em prática mecanismos de exclusão de alguns deles” (NEVES, 1999, p. 18). A manifestação concreta mais corrente desses processos de exclusão é a *fofoca* envolvendo acusações veladas ou abertas⁷, as quais cumprem o papel de reforçar as fronteiras entre os quase-grupos.

⁵ Nosso caso destoa com os resultados de pesquisa quantitativos publicados acerca de assentamentos rurais no Brasil, nos quais 62% dos entrevistados na amostra (n=1568) foram assentados em lotes próximos a parentes seus (HEREDIA et al., 2002, p. 84). Conhecemos apenas um assentado que tem parentes residentes em outro lote do assentamento.

⁶Pode-se utilizar para estes atores palavras como “porta-vozes” ou “mediadores” (NEVES, 1999).

⁷ Tal manutenção de fronteiras entre grupos em tudo semelhantes pela fofoca foi descrita por Elias e Scotson (2001, ver especialmente p. 121-133).



Figura 01 – Vista do Rio Veríssimo, desde um dos lotes que tem problemas de acesso à água. 28/06/2013. *Crédito da imagem:* Diego Ribeiro Guimarães; *Fonte:* Banco de dados do Programa de Desenvolvimento Rural no Sudeste Goiano (NEPEA/CAC/UFG).

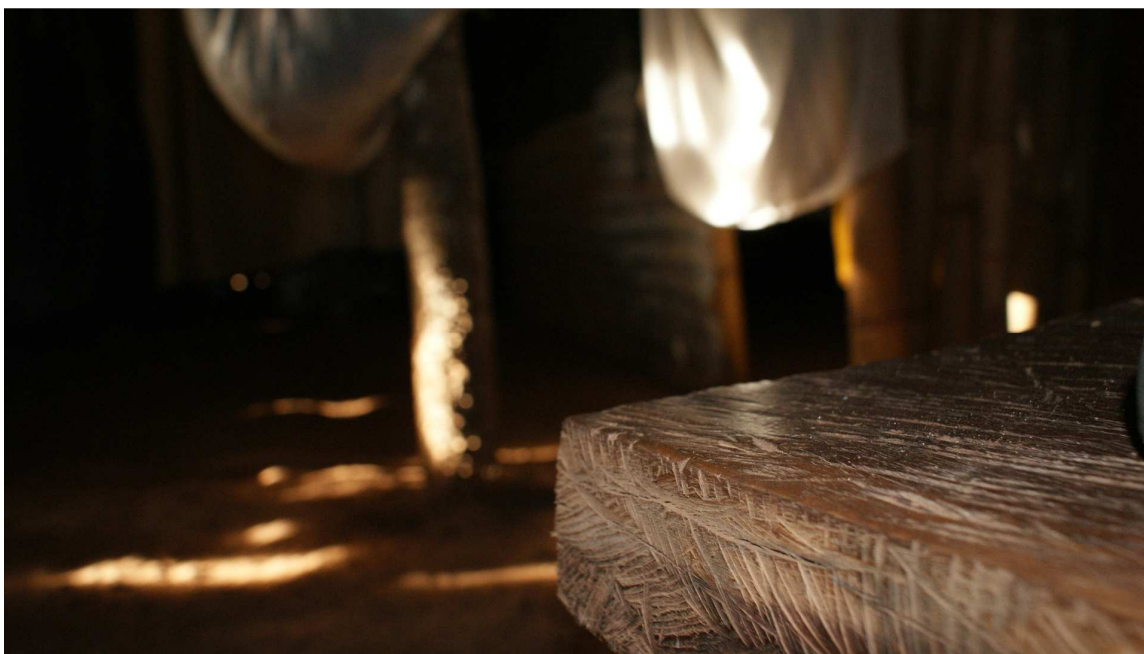


Figura 02 – Interior de uma residência, construção de bambu, palha e lona plástica. 28/06/2013. *Crédito da imagem:* Daniel Alves; *Fonte:* Banco de dados do Programa de Desenvolvimento Rural no Sudeste Goiano (NEPEA/CAC/UFG).

Quando falamos em quase-grupos, estamos nos referindo a

(...) um conjunto de pessoas que atuam de forma corporada em muitas ocasiões e que, se continuarem a fazer o mesmo em ocasiões futuras, podem constituir um arranjo interno de atividades, ou uma estrutura de relacionamentos característica de um grupo corporado. (MITCHELL, 1974, p. 294, em tradução livre)

O conceito de quase-grupo é operacional, também, para sinalizar a porosidade das alianças. Alguns dos assentados transitam entre um quase-grupo e outro, sendo *amigos* ou *amigas de todos*.

A divisão religiosa responde, em certo grau, à divisão acima referida. Na enquete que fizemos, constatamos que oito dos doze chefes de família entrevistados eram de religião evangélica. Visivelmente, os evangélicos são maioria entre os agricultores, porém filiam-se a duas igrejas (uma, congregada às Assembleias de Deus Madureira, e outra, uma igreja local) que coincide com os quase-grupos afiliados ao MST e à CPT, sendo que ao último somam-se ainda os assentados declarados católicos.

A definição de identidade cultural ou religiosa vincula-se aos lugares de origem dos sinais duradouros (BOURDIEU, 1998). Dessa forma cada quase-grupo é determinado historicamente e corresponde a necessidades concretas da produção e reprodução dos poderes (protestantismo X catolicismo), e está carregado de representações simbólicas que lhe dão no contexto social – assentamento – uma identidade própria. Logo as forças legitimadoras dos quase-grupos sociais referidos atuam como energias de sistemas estruturados e estruturadores das associações constituídas no Madre Cristina. Isto explica a reorganização territorial e permite o conhecimento da *realidade objetiva* (BOURDIEU, 1998).

A divisão política do assentamento, em primeiro lugar, e as diferenças religiosas, como coadjuvante, acabaram interferindo, por último, na constituição de associações. Depois de oito meses de insistência nossa, eis que em abril de 2013 constituíram-se associações de produtores dentro do assentamento.

Porém os motivos para tal afã associativista seguiram uma pragmática coletiva relacionada à construção de casas por um programa federal: “o pessoal do INCRA disse que [o banco que financia o projeto] só vai se relacionar com associações, não com as pessoas”, nos disse um dos assentados à época. Tal indução política à formação de laços comunitários acontece com frequência (BRENNEISEN, 2004), e permite refletir sobre o conceito de “estadania”, ou seja, no papel do Estado na constituição de sujeitos de direitos de forma vertical (CARVALHO, 1990; ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012). Apesar de nossas tentativas de convencê-los a montar uma associação única, compuseram-se duas associações que respondem, como estruturas estruturantes à linguagem tensional instaurada desde o princípio como o código das relações dentro do assentamento.

O associativismo, ainda que induzido, resultará em benefícios a médio prazo, na medida em que os objetivos coletivos somente podem ser alcançados com a formação destes grupos de interesse (NEVES, 1999, p. 9). Porém, na constituição de pelo menos uma dessas associações, percebemos processos de exclusão que apontam para tensões desagregadoras e constantes. Uma reunião inaugural constituiu uma associação chamada APRUMAR. Nesta reunião, uma mulher de 45-50 anos, que chamaremos aqui de Maria, seria a presidente da associação; e um homem de mesma idade a que chamaremos João seria o vice. O estatuto merecia algumas alterações, e João (evangélico, militante do MST, afeito aos jogos políticos, utilizando-se de uma linguagem humilde e de recursos múltiplos); conduziu a partir da eleição de Maria um processo que envolveu inclusive articulação e oficina no assentamento com pessoal do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, instituto sabidamente relacionado à senadora Kátia Abreu, uma das líderes da bancada do *agrobusiness* no Congresso Nacional) para as correções necessárias ao estatuto. Também envolvidos no processo, auxiliamos nas correções, sempre se referindo a Maria como “nossa presidente”, já que ela tinha sido eleita e desenvolvia um papel bastante ativo, junto a João, pela constituição do grupo. Como se pode observar, não há uma ação despropositada por parte dos agentes sociais que se encontram em jogo. Cada agente está posicionado

naquilo que Bourdieu (1998) chama de topologia social. Quando foi procedida a votação do estatuto reformado, depois de uma semana de intrigas da qual só soubemos depois, houve o entendimento que o estatuto agora alterado exigia uma nova votação para presidente. Maria entregou o cargo e desligou-se da associação, enquanto João assumiu, eleito, a presidência.

Processos conturbados como esse são corriqueiros entre os assentados com os quais trabalhamos, e obviamente não estamos isolados disso. Uma associação reflete uma congruência de interesses, todavia as perspectivas em jogo são bem distintas para cada sujeito participante. Mas, é inegável que a necessidade de associar-se vincula os sujeitos, isto também cria um processo de reciprocidade: todos se ajudam e todos se usam mutuamente. E quais os conflitos que emergem, ou que estão ocultos nessa relação tendo em vista o jogo ser disputado entre produtores agrícolas assentados? Bem, o que está em jogo são bens econômicos, a associação tem objetivos de fortalecer o quase-grupo e estabelecer relações de mercado. Por outro lado, vimos que no processo fundante do associativismo sujeitos e parceiros do processo acabaram por ser eliminados.

Em que pese tal consideração, isto reflete, tão somente, que quando o agricultor se percebe impotente diante do mercado e das disputas com aqueles que já estão estabelecidos, o associativismo se lhe torna útil e necessário para fortalecê-lo e oferecer suporte de toda ordem ao seu produto para que venha disputar o jogo. Se precisar, alguns parceiros serão eliminados: são “coisas do jogo”, ações previsíveis em um quase-grupo.

Margem: nossa posição na dialética da pesquisa participante

Como proponentes de plataformas agroecológicas, podemos dizer que andamos por muitas margens. Em primeiro lugar, andamos a margem daquilo que é privilegiado na estrutura acadêmica vigente, com seus inumeráveis sistemas numerológicos de classificação (de cursos, de produção individual e coletiva, etc). Ainda que nos adaptemos a ele, o processo de constituição de

uma ação como esta demanda tempo. Mais do que isso, demanda um tempo ao tempo dos outros. A vida no meio rural é regida por formas de temporalidade que precisam ser respeitadas pelos processos educativos. Grande parte dos nossos interlocutores compõe-se de pessoas que não possuem ensino fundamental completo, porém atuam através de um conhecimento advindo da experiência e que precisa ser trabalhado no processo. Trata-se, aqui, da efetivação do “diálogo entre saberes” (ALTIERI, 2012) que permita trabalhar com a “heterogeneidade do conhecimento, da agência humana e da complexidade das redes que dão suporte à produção e reprodução de determinados modos de organização da agricultura e do desenvolvimento rural” (SCHMITT, 2013, p. 182). Diálogos requerem tempo, e a temporalidade de produção acadêmica, dos projetos e dos programas de extensão, dissipa-se e dissipa-nos cada vez mais intensamente.

Além disso, andamos a margem do mercado, e conseqüentemente, da política. Trabalhar com pequenos agricultores familiares requer esforço. Seria provavelmente mais fácil se nossos projetos e programas voltassem-se para as formas econômicas consideradas hegemônicas. Como isso é justamente o que negamos, só conseguimos ir adiante pela constituição de redes para dentro e para fora da academia. Na medida em que os poderes constituídos reconhecem somente a relevância do sistema agrário hegemônico, facilitando-lhes o crédito, a formação técnica e a exportação, os agricultores familiares que buscamos alcançar, assim como nós diante do meio acadêmico, dispendem cada vez mais tempo em articulações que permitam, para começar, o reconhecimento de sua relevância no redesenho da política alimentar local.

Como se esses elementos não fossem o suficiente, somos marginais inclusive dentro da divisão instaurada no assentamento. Entramos por uma via na comunidade, e por isso mesmo, a cada passo que damos, torna-se um imperativo para seus membros saber “de onde estamos falando”, ou seja, a quem estamos apoiando. Vamos semeando a lançar ideias que são apropriadas aqui e ali, mas com uma grande desconfiança quanto à eficácia dos métodos propostos, que se estende *pari passu* à desconfiança de nossa atuação ali.

Felizmente, as tecnologias sociais que disseminamos surtiram efeito, de forma que, neste momento, enviamos assentados para eventos de formação e congressos em Agroecologia, e continuamos oferecendo formação teórica e prática no assentamento rural, sempre rastreando passos coletivos que podem surgir diante de nossas propostas. O envio para eventos externos contribuiu para formar uma percepção coletiva entre os assentados de que eles não estão sozinhos, porque nessas oportunidades ouvem outros agricultores de outros lugares que expressam dificuldades semelhantes às que eles passam.

Adiciona-se a isso tudo a dificuldade de formar coalizões duradouras entre os agricultores. Já foi mencionado o fator familiar, mas gostaríamos de relacionar mais dois. Questionados sobre as formas de entretenimento a que mais se dedicam nos momentos de lazer, as respostas se concentraram na participação em cultos: sete dos doze entrevistados disseram participar de reuniões religiosas semanalmente. Entretanto, nenhum dos entrevistados optou por festas e bailes, ou outras atividades *mundanas*. É evidente a influência evangélica nesse processo. Some-se a isso a vida coletiva cindida e conflituosa, e tudo leva a que não haja atividades coletivas fora do espectro religioso protestante. Sem querer considerar a relevância do individualismo nesta forma de cristianismo, o que poderia levar à conclusão errônea de que ela não é capaz de gerar integração social, chamamos a atenção para outras formas de territorialização vigentes na região.

Em localidades próximas ao Veríssimo-Madre Cristina, em todo o sudeste goiano, ocorrem as chamadas “festas de roça”, que são celebrações de cunho religioso católico e festivo. Sem querer entrar nos detalhes destas festas,⁸ observamos que no assentamento não existem quaisquer festividades deste tipo, embora a maior parte das pessoas relate que sua família de origem vive no Sul ou no Norte de Goiás. Geralmente, as festas de roça acontecem em locais de ocupação mais antiga, sendo proporcionadas por famílias extensas que habitam uma mesma localidade. Ainda que parte destas famílias mais tradicionais tenha se tornado evangélica, o catolicismo mantém-se como um

⁸ Para detalhes etnográficos, ver, por exemplo, Guimrães, 1997; Santos, 2001.

elemento da identidade regional, sendo continuamente agenciado nas novenas aos santos, nas rezas, nos batismos de fogueira.

A presente comparação serve para assinalar que, no caso que analisamos, é difícil trabalhar com a *tradição* local em diversos níveis, pela forma da ocupação do espaço, pelas formas produtivas dispersas e pela inexistência de espaços de sociabilidade que coloquem a todos no assentamento numa mesma paisagem. Falando somente de aspectos tradicionais relacionados à produção, e dado que não estamos lidando com processos de redefinição de identidades indígenas tão referidas na literatura agroecológica,⁹ o “diálogo de saberes” corre sempre o risco de se tornar um monólogo, onde somente nós discursamos. A “reinvenção das tradições” passa necessariamente por um processo coletivo, e as condições para tal estão em construção. Está claro para nós que os melhores passos até o momento nesta direção originaram-se das experiências dos agricultores em diálogo conosco. Depois do ácido da crítica, apontamos alguns futuros possíveis.

Água, leite e organização das mulheres

A parte do programa que tem dado maior resultado relaciona-se com a produção de hortaliças. Até o momento, temos trabalhado com biofertilizantes e controle natural de pragas. Ainda não experimentamos agroflorestania nas propriedades, o que exigiria uma visão racional e sistêmica consolidada para o redesenho produtivo (SCHMITT, 2013, p. 187). Por enquanto parece-lhes estranho “plantar no mato”; assim, mantém-se uma dicotomia cultural entre “horta” e “mato” que precisa ainda ser retrabalhada a partir de experiências concretas. Em boa parte do assentamento, como já dissemos, há dificuldades com o acesso à água para irrigação. Alguns projetos com carneiros artesanais para o aproveitamento das águas do Córrego Grande estão em andamento, conduzidas por extensionistas graduandos da Engenharia Civil.

⁹ Ver, por exemplo, Altieri (2012, p. 159-182)

Ainda podemos contribuir na área de laticínios. Quatro produtores de diferentes lotes desejam adquirir coletivamente um tanque de resfriamento. Seria uma boa oportunidade para promover algumas ideias para o melhoramento dos pastos de acordo com princípios agroecológicos. O pastoreio racional Voisin (1974, *apud* STAMATO; MOREIRA, 2009, p. 18), que segmenta a área de pasto em piquetes e distribui os animais dentro deles, dando tempo para o repouso e conseqüente recomposição das pastagens, é uma das propostas que procuraremos construir junto aos assentados.

Ainda há, por fim, a questão da organização das mulheres assentadas. As conversas de que participamos até o momento indicam que as mulheres são as principais responsáveis pela diversificação das atividades econômicas no campo, além de trabalharem na produção agrícola por vezes até com mais poder de decisão sobre a produção que seus cônjuges. Gostaríamos de trabalhar na direção desta diversificação, de acordo com os interesses manifestos por elas mesmas: panificação, artesanato, doces e compotas, etc. Outro tema que as une são as questões relacionadas à saúde. Docentes e discentes da área de enfermagem do Campus Catalão mapeiam neste momento os principais problemas de saúde entre os assentados, divulgando entre as mulheres os seus direitos como cidadãs. O objetivo, a longo prazo, é estabelecer, na localidade Veríssimo-Madre Cristina, as bases para a reivindicação, junto aos conselhos competentes, de um posto de saúde.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ANDRADE, Daniela Meirelles; CASTRO, Carolina Lescura de Carvalho; PEREIRA, José Roberto. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira? **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, jan/fev 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2a. edição. Lisboa, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322. (*Coleção Memória e Sociedade*)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRENNEISEN, Eliane. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 128-163, 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: *Marcel Mauss e o paradigma da dádiva*. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 13, n. 38, out. 1998, pp. 6-51

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Liber Livro, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GUIMRÃES, R. B. **Festas**: um espaço da prática social nas comunidades rurais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e licenciatura em História), Catalão-GO, Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, 1997.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela; LEITE, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, p. 73-111, abril 2002.

IBGE. Tabela 2906 - Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio. **Banco de Dados Sidra**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>, acesso em: 05/08/2013.

MITCHELL, J. Clyde. Social networks. **Annual Review of Anthropology**, v. 3, p. 279-299, 1974.

NEOENERGIA. **Neoenergia** - Relação com investidores. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.neoenergia.com/ri/index.asp?m=pages_contextos&d=Goiias_Sul&b=EG>. Acesso em: 31/07/2013.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura** v. 13, p. 5-28, outubro 1999.

SANTOS, Márcia Pereira dos. **O campo (re)inventado**: transformações da cultura popular rural no sudeste goiano (1950-1990). Dissertação (Mestrado em História), Uberlândia-MG, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias, atores. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés Villamil (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-198.

STAMATO, Beatriz; MOREIRA, Rodrigo Machado. **Pecuária leiteira na agricultura familiar**. Botucatu-SP: Instituto Giramundo Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica - PROGERA, 2009. (*Cadernos Agroecológicos*; 6)